

Teoria das representações sociais: uma abordagem sociopsicológica

Geovane Tavares dos Santos¹ e José Manuel de Barros Dias²

1 Especialista em Metodologia do Ensino de Filosofia e Sociologia. Professor de Sociologia. Brasil. E-mail: geovanetavares-dossantos38@gmail.com

2 Doutor em Filosofia pela Universidade de Évora (Portugal). Professor Adjunto da Faculdade Inspirar (Curitiba), Brasil, e professor Associado da Universidade de Évora, Portugal.. E-mail:

RESUMO: O presente estudo pretende analisar as concepções e contribuições dos clássicos da Sociologia, Karl Marx, Émile Durkheim, Max Weber, e do psicólogo social Serge Moscovici para o desenvolvimento da teoria das representações sociais. Neste sentido, a pesquisa tem como objetivos compreender as representações sociais a partir da ótica sociológica de Marx, Durkheim e Weber; analisar a ruptura entre conceito de representação coletiva de Durkheim e a teoria das representações sociais proposta por Moscovici; averiguar como as representações sociais se constituíram objeto de estudo multidisciplinar; verificar a importância da teoria das representações sociais para compreensão das relações sociais na atualidade. Para alcançar os objetivos foram utilizadas as seguintes obras: Durkheim (*As Regras do Método Sociológico, Sociologia e Filosofia*), Marx (*A Ideologia Alemã, Contribuição à Crítica da Economia Política*), Weber (*Metodologia das Ciências Sociais e Conceitos Básicos de Sociologia*), Moscovici (*La Psychanalyse: Son Image et son Public and Representações Sociais: Investigação em Psicologia Social*). Portanto, os resultados corroboraram a importância dos teóricos para desenvolvimento da teoria das representações, assim como fornecem os contributos necessários para averiguar como as representações sociais se constituíram objeto de estudo multidisciplinar, demonstrando a necessidade e relevância desta teoria para compreender as relações sociais atuais.

Palavras-chave: Karl Marx. Émile Durkheim. Max Weber. Serge Moscovici. Sociopsicologia. Representações Sociais.

Theory of Social Representations: A Sociopsychological Approach

ABSTRACT: This study intends to analyze the concepts and contributions of the classics of Sociology, Karl Marx, Émile Durkheim, Max Weber, and the social psychologist Serge Moscovici for the development of the Theory of Social Representations. In this sense, the research aims to understand the social representations from the sociological perspective of Marx, Durkheim and Weber; studying the rupture between the concept of collective representation of Durkheim and the Theory of Social Representations proposed by Moscovici. We

want to research the ways how the social representations have constituted the subject of multidisciplinary studies, verifying the importance of the Social Representations Theory for the understanding of the social relations nowadays. To achieve the purposes we used the following works: Durkheim (*The Rules of Sociological Method, Sociology and Philosophy*), Marx (*The German Ideology. Introduction to a Critique of Political Economy*), Weber (*The Methodology of the Social Sciences and Basic Concepts of Sociology*), Moscovici (*La Psychanalyse: Son Image et son Public* and *Social Representations: Research in Social Psychology*). Therefore, the results have confirmed the importance of the above referred theorists for the development of the Theory of Social Representations. On the other hand, they provide the necessary contributions to ascertain how social representations have been constituted the subject of multidisciplinary studies, demonstrating the need and relevance of this theory to understand the current social relations.

Keywords: Karl Marx. Émile Durkheim. Max Weber. Serge Moscovici. Sociopsychology. Social Representations.

INTRODUÇÃO

O presente artigo, subordinado à temática *representação social: uma abordagem sociopsicológica*, surge com o propósito de aprofundar a discussão iniciada no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), intitulado *Estigmas e Representações Sociais: Desafios para a Interação entre Professores e Alunos com Síndrome de Down*, desenvolvido no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), e integrado, em 2012, no grupo de pesquisa do Núcleo de Educação e Cultura-NEC/UNIFAP.

O estudo acima referido permitiu refletir acerca da importância das representações sociais como instrumento de compreensão das concepções dos professores sobre seus alunos com Síndrome de Down, pois a representação que o professor manifesta diante de seu aluno será decisiva na sua interação com ele. Uma visão estigmatizada sobre o educando agrava profundamente seu processo de ensino ↔ aprendizagem. Assim, foi possível concluir que a representação social do professor, ou de qualquer outro sujeito, resulta da história de vida que este tem no meio social, na sua formação familiar, escolar, religiosa, de entre outras.

Segundo Moscovici (1995), a representação social ou coletiva é um fenômeno psicossocial que nasceu na Sociologia clássica e na Antropologia, cuja teoria se desenvolveu especialmente nas obras de Durkheim e Lévy-Bruhl. Porém, a Psicologia Social contribui nesta formação, possibilitando o novo olhar sobre os indivíduos e sobre suas interações sociais. De acordo com Farr (1995), a Teoria das Representações Sociais é uma forma sociológica de Psicologia Social, reformulada na Europa,

com a publicação feita por Moscovici, em 1961, da obra *La Psychanalyse: Son Image et Son Public* (*A Psicanálise: Sua Imagem e Seu Público*).

Nessa obra, Moscovici pensa as representações, não apenas como fatos sociais coletivos, mas como representações sociais construídas nas interações dos sujeitos. No entanto, pode-se considerar que “as representações sociais são conhecimentos práticos que se desenvolvem nas relações do senso comum, são formadas pelo conjunto de ideias da vida cotidiana, construída nas relações estabelecidas entre sujeitos ou através das interações grupais” (MOSCOVICI, 2002). Portanto, na concepção de Moscovici, a representação social não é construída apenas pela vontade da coletividade, como defendia Durkheim, mas pelas relações individuais e coletivas.

A partir desses pressupostos torna-se essencial o resgate das concepções teóricas, sociológicas e psicológicas, que colaboraram diretamente ou indiretamente para o surgimento da Teoria das Representações Sociais. Por isso, este estudo tem como indagação: de que maneira as concepções teóricas de Karl Marx, Émile Durkheim, Max Weber e Serge Moscovici contribuíram para desenvolvimento da Teoria das Representações Sociais? Como hipótese pode-se dizer que as concepções dos cientistas sociais e do psicólogo social sobre as representações sociais estão fortemente ligadas com a postura de cada autor diante da realidade social de seus tempos. Porém, é necessário considerar que a Teoria das Representações Sociais não nasce apenas das discussões da Sociologia ou da Psicologia Social, mas de um conjunto de contribuições filosóficas, antropológicas, sociológicas, psicológicas que, ao longo dos processos históricos, são indispensáveis para corroborar ou refutar a Teoria das Representações Sociais.

Na busca de respostas ao questionamento proposto, nosso artigo tem como objetivos compreender a Teoria das Representações Sociais a partir da ótica sociológica de Marx, Durkheim e Weber; analisar a ruptura entre conceito de representação coletiva de Durkheim e a Teoria das Representações Sociais proposta por Moscovici; averiguar como as representações sociais se constituíram objeto de estudo multidisciplinar; verificar a importância da Teoria das Representações Sociais para a compreensão das relações sociais na atualidade. Para alcançar os objetivos foi utilizada como metodologia a pesquisa bibliográfica das seguintes obras: Durkheim (*As Regras do Método Sociológico, Sociologia e Filosofia*), Marx (*A Ideologia Alemã. Contribuição à Crítica da Economia Política*), Weber (*Metodologia das Ciências Sociais, Conceitos Básicos de Sociologia*), Moscovici (*La Psychanalyse: Son Image et Son Public, Representações Sociais: Investigação em Psicologia Social*).

Este artigo tem como finalidade demonstrar a importância da Teoria das Representações Sociais como instrumento de análise da realidade social. E, assim, possibilitar novos caminhos para compreender as relações sociais, bem como servir de suporte bibliográfico para estudos ulteriores. As representações sociais, como conduzem um novo olhar dos sujeitos e objetos a que se propõe compreender, trazem à tona elementos importantes para compreensão das construções sociais, além de contribu-

irem para a formulação de novas hipóteses, sobre os vários problemas presentes na sociedade atual.

1 KARL MARX, ÉMILE DURKHEIM E MAX WEBER: UMA ABORDAGEM SOCIOLÓGICA DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL

1.1 Karl Marx: Modo de produção e Representação Social

Karl Marx (1818-1883) herdou e criticou o paradigma filosófico da teoria de Hegel (1770-1831). Em suas obras *A Ideologia Alemã* e *Contribuição à Crítica da Economia Política*, alegou que Hegel, ao tentar entender as relações sociais, caiu na ilusão de conceber a realidade como resultado do pensamento que se sintetiza no indivíduo, se aprofunda em si e se move por si mesmo, ou seja, na percepção hegeliana a realidade social é considerada como o produto das ideias. Segundo Marx (2008), o método dialético hegeliano que consiste em elevar-se do ideal ao real, não é senão a maneira de proceder do pensamento para se apropriar da realidade social, para reproduzi-lo como real idealizado, ou seja, as relações sociais concretas resultam das abstrações humanas.

Para Marx, a preocupação dos filósofos hegelianos não era indagar qual a ligação entre a Filosofia alemã e a realidade alemã, nem qual a ligação entre a sua crítica e o seu próprio meio natural, seus propósitos buscava em sua maioria idealizar a realidade social (MARX, ENGELS, 2007). Por isso, ao contrário dos hegelianos, Marx assegurava que seus pressupostos teóricos e práticos não eram arbitrários nem dogmáticos, pois pretendia compreender as bases reais da sociedade, as quais não são possível abstração a não ser no campo da imaginação. Assim, Marx procurava entender a história dos homens em sociedade a partir das relações reais nas quais eles viviam.

Deste modo, as obras de Marx refletem também o processo de desenvolvimento do sistema capitalista na Europa, releva seu caráter contraditório e desigual, procura traduzir a realidade social como seu principal objeto de estudo. Ele declara que o conhecimento científico (razão) não deve ser apenas um instrumento de compreensão da realidade, mas também, um mecanismo de emancipação para uma sociedade comum (comunismo), que possibilite a participação dos atores sociais (trabalhadores) na construção desse novo processo histórico (GIDDENS, 2005; OLIVEIRA, QUINTANEIRO, 2002; ARON, 1999).

Segundo Marx e Engels (2007), a maneira como os indivíduos manifestam suas vidas, coincide com suas produções, pelo que o modo e relação de produção adotadas por cada sociedade são determinantes na formação das representações sociais. Alega Marx que o “modo de produção determina o processo de formação da vida social, econômica, política e espiritual, enquanto que a estrutura econômica da sociedade (relação de produção) sustenta a superestrutura jurídica e política” (MARX, 2008). Os dois fatores expostos por Marx são indispensáveis para compreender a formação das

consciências dos homens, tendo em vista que envolve diretamente a realidade social de cada sujeito.

Para Marx e Engels, “não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência” (MARX, ENGELS, 2007). Nesse caso, o que os indivíduos são depende das condições materiais de sua produção que independe de suas vontades. Além de seres determinados, Marx acredita que os homens são capazes de transformar e revolucionar o meio social em que vive, pois afirma que “os homens ao desenvolverem sua produção material e relações materiais, transformam, a partir da sua realidade, também o seu pensar e os produtos de seu pensar” (MARX, ENGELS, 2007).

Nesse sentido, pode-se dizer que se a base material que determina a sociedade estiver fundamentada sobre o alicerce de um sistema desigual, as representações sociais manifestadas tendem ser desiguais. Assim, a representação social constitui-se nas relações sócio materiais entre os indivíduos, fruto do modo de produção e das relações de produção. Desse modo, “a produção de ideias, de representações e da consciência está, no princípio, diretamente vinculada à atividade material e o intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real” (MARX, ENGELS, 2007).

A abordagem dos pressupostos teóricos de Marx acerca das representações sociais ajuda a compreender e reconhecer a profunda e ampla discussão que envolve o caráter sociopsicológico da Teoria das Representações Sociais. Suas contribuições permitem considerar que as representações são formadas nas relações sociais, resultado do modo de produção e das relações de produção que prevalecem em cada sociedade. Por isso, através das representações manifestadas pelos sujeitos é possível entender o contexto social em que estão inseridos.

1.2 Émile Durkheim: Fatos Sociais e Representações Coletivas

Do ponto de vista sociológico, Émile Durkheim (1858-1917) é o clássico da Sociologia que primeiro trabalha de maneira explícita o conceito de representações sociais, usa o termo no mesmo sentido que representações coletivas. O autor, assim como Karl Marx, viveu em uma Europa marcada por constantes transformações sociais, políticas, econômicas e intelectuais, motivados pelo Iluminismo, Revolução Francesa, Revolução Industrial, entre outros movimentos. No campo intelectual, Durkheim difere de Marx por receber influências da Filosofia positivista, principalmente de pensadores como Saint-Simon e Auguste Comte. Suas produções científicas refletem a tensão entre valores e as instituições sociais da época, por isso define a Sociologia como a ciência das instituições, da sua gênese e do seu funcionamento, ou seja, de toda crença, todo comportamento instituído pela coletividade (QUINTANEIRO, 2002; MINAYO, 1995).

As ideias de Durkheim são marcantes não só por consolidarem a Sociologia como ciência, mas também por definirem a metodologia de estudo desta ciência, separan-

do-a em particular da Psicologia. De acordo com Durkheim, o objeto de estudo da Sociologia são os fatos sociais, que “é toda maneira de fazer, suscetível de exercer sobre os indivíduos uma coerção exterior; ou ainda, toda maneira de fazer que é geral na extensão de uma sociedade possui uma existência própria, independente das manifestações individuais” (DURKHEIM, 2007). A partir deste conceito ele propõe que é de responsabilidade da Sociologia estudar as consciências coletivas, ou fatos sociais, enquanto que a Psicologia deve se preocupar em entender os fenômenos psicológicos, advindo da consciência dos indivíduos.

Além do conceito, Durkheim descreve as três características básicas que distinguem os fatos sociais de outros fatos ou fenômenos naturais. A primeira é a coerção social, conhecida como o conjunto de regras, crenças, valores previamente estabelecidos para regular as relações sociais, esta força coercitiva dos fatos se torna evidente pelas sanções legais ou espontâneas a que o indivíduo está sujeito quando tenta rebelar-se contra ela. A segunda característica é a exterioridade, que se refere às vontades coletivas que existem independentes das vontades individuais, por exemplo, quando uma criança nasce já encontra as regras sociais, costumes, leis e as vontades coletivas instituídas no meio social. A terceira e última característica, denominada de generalidade, engloba a dimensão dos fatos sociais, pela aceitação da maioria, isso significa que é social todo fato que é geral, que se repete em todos os indivíduos, ou pelo menos, na maioria deles; que ocorre em distintas sociedades, em um determinado momento ou ao longo do tempo (DURKHEIM, 2007; COSTA, 2005).

Nesta perspectiva, pode-se compreender que o fato social é um conjunto de relações coletivas dotado de vida própria, externo aos membros da sociedade e que exerce sobre seus corações e mentes uma autoridade que o leva a agir, pensar e a sentir de determinada maneira. Assim, as representações coletivas são uma das expressões do fato social. Na concepção de Durkheim a representação coletiva ou social traduz o modo como o grupo se pensa nas suas relações com os objetos que o afetam. Para entender como a sociedade se representa a si própria e ao mundo que a rodeia, precisa-se considerar a natureza da sociedade e não dos indivíduos, ou seja, as ações coletivas decidem o modo de agir, pensar, sentir das pessoas (DURKHEIM, 1994, 2007; QUINTANEIRO, 2002).

A representação coletiva só existe quando é formada pelo todo, resultante da coercitividade, exterioridade, generalidade dos fatos sociais. Tal posicionamento reforça que as representações coletivas, ou sociais, são resultantes do coletivo e feito para o coletivo, pelo que as pessoas fora dos grupos sociais não passam de meros sujeitos isolados. Esta postura durkheimiana reforça que se as instituições sociais condenam certos modos de conduta dos indivíduos é porque estes desobedecem alguns de seus sentimentos fundamentais. Logo, as representações individuais têm pouca ou nenhuma importância diante das relações coletivas exteriores.

Esta postura de Durkheim recebeu diversas críticas, entre elas a de Moscovici (2002), que alega que a teoria durkheimiana não consegue resolver ou explicar a

pluralidade das formas de organização do pensamento social, a não ser por definir que todos os fatos são sociais, a noção de representação perde nitidez. No entanto, para o psicólogo, as representações sociais são conjuntos dinâmicos, sua característica é a produção de comportamentos e relacionamentos com o meio social, é uma ação que se modifica na relação entre sujeitos, e não uma reprodução de fatos sociais estabelecidos. O processo das representações permite a comunicação entre indivíduos e o grupo. Sua construção ocorre através das visões, ideias e imagens dos sujeitos sobre a relação e realidade social que os cercam (CASTRO, 2006).

Contudo, subsistem as críticas à teoria dos fatos sociais e das representações coletivas, de Durkheim, por não ela reconhecer as representações individuais como fundamentais para formação do sujeito. Sua concepção introduz no campo científico uma nova abordagem social, colaborando para as manifestações dos primeiros passos da representação social como teoria.

1.3 Weber: Ação Social e Representação Individual

O contexto histórico de Max Weber (1864-1920) difere das formas de organização social vivenciadas por Marx e Durkheim. Sua vida e obra estão pautadas sobre as mudanças decorrentes da inserção do sistema capitalista na Alemanha do século XIX. No país, a relação de produção deste sistema comercial se consolida tardiamente, tendo em vista que na França e na Inglaterra dos séculos XVIII, o capitalismo já estava fortalecido. Weber, como vasto conhecedor da realidade alemã, através de seus estudos permite compreender a realidade social da época, suas produções intelectuais permeiam por diversos campos do conhecimento científico, entre eles a Economia, a Religião, o Direito, a Filosofia, a História, bem como a Sociologia. Assim, o pensamento weberiano é marcante por sistematizar a Sociologia moderna alemã e por romper com a metodologia sociológica positivista (COSTA, 2005; GIDDENS, 2005).

Em comum com outros clássicos da Sociologia, Weber procurava entender a natureza e as causas da mudança social. Ele foi influenciado por Marx, mas também foi crítico de algumas das suas principais concepções, tendo rejeitado o materialismo histórico por admitir ser um método determinista dos processos históricos. Ao contrário do seu antecessor, Durkheim, Weber defendia que a Sociologia deveria se concentrar na ação social e não apenas nos fatos sociais. Ele não acreditava que as estruturas existiam externa ou independentemente dos indivíduos e isso permitiu que aprofundasse no estudo das particularidades, procurando compreender as formações sociais em suas singularidades. Na concepção weberiana as estruturas sociais são formadas por uma complexa rede de interações individuais, sendo o sujeito social o fio condutor das relações e das representações, é quem estabelece a conexão entre o sentido e o motivo da ação. Por isso, afirma Weber que o objetivo da Sociologia com-

preensiva é a compreensão dos significados das ações sociais (COSTA, 2005; GIDDENS, 2005).

Enquanto que, para a Sociologia positivista, a ordem social submete os indivíduos como força exterior a eles, Weber diz que as normas sociais só se tornam concretas quando se manifestam em cada indivíduo sob a forma de motivação. Nesta perspectiva, a Sociologia compreensiva é uma ciência que pretende pela interpretação da ação social compreender a realidade social. A ação social, portanto, é a conduta humana dotada de sentido subjetivo, cada sujeito age levado por um motivo que é dado pela tradição, por interesses racionais ou pela emotividade. O motivo que transparece na ação social permite desvendar o seu sentido, que é social na medida em que cada pessoa age levando em conta a resposta ou reação de outros. Portanto, cabe ao cientista o papel de descobrir os possíveis sentidos das ações humanas na realidade social que lhe interesse compreender (COSTA, 2005; WEBER, 2002).

Segundo Weber (2002), a ação social pode-se manifestar através de quatro principais características, que são: a ação racional com relação a fins, ação racional com relação a valores, ação afetiva, ação tradicional. A ação racional com relação a fins é uma ação social concreta que tem condições ou meios definidos para atingir o fim racionalmente desejado pelo indivíduo. Já a ação racional com relação a valores é determinada pela crença consciente no valor interpretável como ético, estético, religioso, ou de qualquer outra forma, sem levar em consideração as possibilidades de êxito. A ação afetiva é especialmente emotiva, determinada por afetos, estados sentimentais e emocionais entre os indivíduos. A quarta e última característica, designada de ação tradicional, é definida pela ação do indivíduo em obedecer a hábitos, costumes e tradições construídos historicamente, que estão arraigados nas instituições sociais. A partir desta definição Weber reforça que essas características da ação social não são encontradas de forma “pura” na sociedade, isso significa dizer que uma ação interfere na outra, que o grau de importância de cada tipo de ação depende das vontades e valores individuais (WEBER, 2002).

Para Weber, a sociedade é formada de tipos puros de dominação legítima, que foram materializados ao longo dos processos históricos. Sobre dominação, o autor considera como o ato de representar alguém ou uma organização social, sua legitimação acontece quando os indivíduos obedecem a uma determinada ordem tradicional, carismática ou legal. Por isso, os três tipos de domínio são o tradicional, o carismático e o legal.

A dominação tradicional existe em virtude da crença na santidade das ordenações e dos poderes senhoriais. Seu tipo mais puro é o da dominação patriarcal, no qual predomina a relação de poder entre o senhor que manda e os súditos que obedecem. Diferente da relação tradicional, na dominação carismática a legitimidade vem do carisma, ou seja, da crença em poderes excepcionais de alguém para representar um determinado grupo. Seus tipos puros encontrados são na dominação do profeta, do herói, do guerreiro e de alguns líderes políticos. Ao contrário das dominações descri-

tas, a dominação legal revela puramente sua legitimidade na sociedade moderna e burocrática, seu poder provém da crença nas leis (estatuto), que são criadas para regulamentar as relações sociais entre os indivíduos, estes obedecem às normas porque acreditam que elas são decretadas segundo procedimentos legais (WEBER, 1922).

A partir do conceito de ação social e dos tipos de dominação legítima, deve-se afirmar que a concepção weberiana sobre as representações sociais está associada tanto ao conjunto de ações individuais dotadas de sentido, quanto pelo ato de representar um grupo, através dos tipos de dominação legítima. Neste sentido, o conceito de representação individual, de Weber, difere da representação coletiva defendida por Durkheim. Enquanto que, para o sociólogo francês, a representação social emerge dos fatos sociais, fruto da exterioridade, coercitividade e da generalidade, ou seja, da vontade de todos, para o sociólogo alemão a representação social advém das relações permeadas de sentido subjetivo, uma vez que é pela interação entre os indivíduos que as representações se desenvolvem.

Na concepção de Weber a representação social se estabelece a partir das relações individuais, são os conjuntos das ações sociais que formam o coletivo, enquanto que, para Durkheim, a coletividade determina a maneira de agir, pensar, sentir dos indivíduos. A partir desta oposição teórica, Weber contrapõe o paradigma metodológico positivista da Sociologia e propõe a esta ciência o método compreensivo, que tem como objeto de estudo as ações humanas motivadas pelos sentidos individuais.

Em termos de construção do conhecimento os três autores clássicos concordam com a importância de se compreender as representações sociais. Para Marx, se estas representações estão colocadas ao real, o estudo e a análise das mesmas informam sobre a base material na qual se constituem os grupos sociais. Durkheim, reafirmando a necessidade das representações, diz que o pensamento coletivo deve ser estudado tanto na sua forma como no seu comportamento, por si e em si mesmo. Para Weber, as representações e ideias têm uma dinâmica própria e pode ter tanta importância quanto à base material (MINAYO, 1995).

2 SERGE MOSCOVICI: DAS REPRESENTAÇÕES COLETIVAS AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

O psicólogo social Serge Moscovici nasceu na Romênia, em 1928, imigrou para França em 1948, e, entre os fatos históricos marcantes de sua vida inclui-se o contexto da II Guerra Mundial. Em 1961, publicou a tese *La Psychanalyse, Son Image, Son Public* e propôs a Teoria das Representações Sociais como fenômeno científico interdisciplinar, que não se limita apenas as Ciências Sociais ou à Psicologia Social, mas ao conjunto de conhecimento psicossociológico. Moscovici, antigo diretor de pesquisas e professor emérito da École des Hautes Études en Sciences Sociales, em Paris (SANTOS, 2010), faleceu em 2014.

Afirma Moscovici (2001) que as representações sociais, depois de terem sido o fenômeno mais marcante da Ciência Social, na França, introduzidas por Durkheim como representação coletiva, passaram por um eclipse que durou quase meio século. Por isso, na busca de recuperar os conceitos perdidos da representação, por volta do início dos anos 60, resolveu retomar o estudo desse fenômeno e despertar o interesse de outros intelectuais, fazendo assim reviver aquela teoria. Neste sentido, a reabilitação do conceito de representação é a afirmação da necessidade de um retorno à ideia de sujeito ativo e pensante, que propõe uma nova interrogação sobre formação social humana (JODELET, 2009).

Deste modo, a obra *Psicanálise, Sua Imagem e Seu Público* apresenta-se como uma revolução científica, tendo em vista que propõe a ruptura paradigmática do pensamento tradicional e hegemônico presente na Psicologia Social da América do Norte e Grã-Bretanha, que estudava o sujeito separado do seu contexto social. Ao reconhecer que as representações são, ao mesmo tempo, construídas e adquiridas, tira o lado preestabelecido, estático, que as caracterizava na visão psicológica clássica. Essa postura crítica, assumida por Moscovici, tornou-se o ponto de partida para construção da nova teoria, que afirma não existir separação entre o universo interno do indivíduo e o universo externo a este, ambos se complementam (PATRIOTA, 2007; MOSCOVICI, 2001; GUARESCHI, JOVCHELOVITCH, 1995).

No que tange à Sociologia clássica, Moscovici reconhece que o conceito de representação chegou até à Psicologia Social oriundo em Durkheim, mas admite que sua interpretação da relação indivíduo-coletivo é diferente da dele. Assim, para enfatizar esta distinção usa o termo “social” em vez de “coletivo”. Enquanto que, para Durkheim, as representações coletivas deveriam ser estudadas como fatos sociais. Na percepção de Moscovici as representações sociais devem ser vistas como uma maneira específica de compreender e de se comunicar com a realidade social. Assim, a representação social tem como objetivo abstrair o sentido do mundo e introduzir nele ordem e percepções, que reproduzam o mundo de uma forma significativa (MOSCOVICI, 2010).

Desta maneira, a teoria desenvolvida por Moscovici se contrapõe com a concepção tradicional da Psicologia Social, assim como resgata e reformula o conceito de representação coletiva, de Durkheim. Neste sentido, “a teoria das representações sociais tem-se uma história diferente, que questiona ao invés de adaptar-se, e que procura o novo, lá mesmo onde o peso hegemônico do tradicional impõe as suas contradições” (GUARESCHI, JOVCHELOVITCH, 1995).

Para Guareschi e Jovchelovitch (2007), o fenômeno da representação social inaugurado por Moscovici, “busca tanto dentro da Psicologia como fora dela, as possibilidades de reconstrução epistemológica e metodológica a que se propõe”. Neste caso, a teoria das representações sociais não se restringe a uma única fonte de conhecimento, pois ao longo de sua formulação tornou-se uma fonte de conhecimento interdisciplinar, que busca romper com os métodos científicos hegemônicos.

De acordo com Moscovici (2010; 2001), sua fundamentação do fenômeno da representação social não pretende formalizar um conceito ou metodologia linear ou absoluta, como é comum encontrar em outras teorias. O objetivo maior de sua teoria é proporcionar um olhar diferenciado sobre o individual e o coletivo, tornando-se uma alternativa confiável para a compreensão social. Portanto, o autor define as representações sociais como entidades quase tangíveis. Elas circulam, se entrecruzam e se cristalizam continuamente, através de uma palavra, gesto, reunião, em nosso cotidiano. Elas estão presentes na maioria das relações estabelecidas, nos objetos que produzimos ou consumimos e nas comunicações que estabelecemos.

Para Moscovici (2010), a finalidade de todas as representações é tornar familiar algo não familiar. Isso significa que o indivíduo precisa conhecer o objeto ou sujeito para representar. Por isso, Moscovici afirma que são dois os processos que geram as representações sociais: Ancoragem e Objetivação. Ancorar significa “classificar e dar nome a alguma coisa. Coisas que não são classificadas e que não possuem nome são estranhas, não existentes e ao mesmo tempo ameaçadoras” (MOSCOVICI, 2010). Deste modo, a Ancoragem tem o papel de categorizar e tornar comum aos sujeitos algo que lhe parece estranho. Na definição de Jodelet a ancoragem “é um trabalho que corresponde a uma função cognitiva essencial da representação e capaz também de se referir a todo elemento estranho ou desconhecido no ambiente social ou ideal” (JODELET, 2001).

O segundo processo de formação das representações sociais, denominado por Moscovici de Objetivação, tem a tarefa de objetivar a ancoragem, ou seja, externaliza o conhecimento abstraído pelos sujeitos. Por isso, Moscovici descreve que a “objetivação transforma algo abstrato em algo quase concreto, transfere o que está na mente em algo que exista no mundo físico” (MOSCOVICI, 2010).

Desta forma, os dois mecanismos (Ancoragem e Objetivação) que geram as representações sociais “transformam o não familiar em familiar, transferindo-o a própria esfera particular, onde os sujeitos são capazes de compará-lo e interpretá-lo; e depois, reproduzindo-o entre as coisas que pode ver e tocar, e até mesmo controlar” (MOSCOVICI, 2010). Assim, na visão Moscovici (2010), aquilo que a mente identifica esta relacionado com os aspectos físicos e o pensamento que era imaginário se transfere para a realidade social transformando o estranho em familiar.

A partir das concepções de Moscovici, Jodelet busca formalizar um conceito para a teoria das representações sociais, define como uma “forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (JODELET, 2001). Na compreensão de Jodelet (2001) a representação social se diferencia do conhecimento científico tradicional, porque valoriza o senso comum. Mas, nem por isso perde sua importância, este conhecimento tem objeto de estudo é tão legítimo quanto qualquer outro.

Neste contexto, Sêga (2000) reforça que a Teoria das Representações Sociais se apresenta como “a maneira de interpretar e pensar a realidade cotidiana, uma forma

de conhecimento da atividade mental desenvolvida pelos indivíduos e pelos grupos para fixar suas posições em relação a situações que lhes concernem" (SÊGA, 2000). Deste modo, a representação social possui "uma dimensão histórica e transformadora; junta aspectos culturais, cognitivos e valorativos, isto é, ideológicos; está presente nos meios e nas mentes, se constitui na realidade presente nos objetos e nos sujeitos" (GUARESCHI, 1996). Este conjunto de ações individuais e coletivas da representação, assim como sua postura que valoriza o senso comum como fonte de conhecimento científico, torna-se uma teoria necessária para compreender a realidade social.

Portanto, até os dias de hoje a concepção de Moscovici sobre a Teoria das Representações Sociais recebe críticas e elogios por não ter um conceito definido. Suas contribuições vieram para resgatar as representações sociais da hegemonia do sociologismo e do psicologismo, proporcionando a ampliação e reformulação da teoria da representação sobre o contexto multidisciplinaridade, permitindo que pesquisadores de diversas áreas do conhecimento pudessem lançar mão da teoria para formular novos estudos e conceitos.

CONCLUSÃO

Tratar a Teoria das Representações Sociais como campo de estudo sociopsicológico exigiu um resgate das concepções sociológicas clássicas e da Psicologia Social que subsidiaram conceitos e informações importantes, que ajudam entender como as representações se tornaram uma fonte de conhecimento científico relevante para compreensão das ações humanas na atualidade.

Por isto, o presente estudo teve como proposta analisar as concepções teóricas de Karl Marx, Émile Durkheim, Max Weber e Serge Moscovici acerca da Teoria das Representações Sociais. Deste modo, no desenrolar do trabalho foi possível perceber e comprovar a vasta e diversificada contribuição dos autores para o desenvolvimento das representações sociais como categorias do senso comum e do conhecimento científico, suas obras fornecem os subsídios necessários para averiguar como as representações sociais se constituíram como objeto de estudo multidisciplinar, assim como demonstraram a necessidade e relevância da teoria para compreender a prática social.

De modo geral, para os teóricos clássicos da Sociologia e para o psicólogo social, as representações sociais são categorias do pensamento científico que expressam a realidade social, tem a capacidade de explicar, compreender, questionar as relações sociais vigentes. Em Marx e Weber as representações sociais não foram especificamente objeto de estudos, mas como são teóricos comprometidos com os estudos sociais, fornecem informações fundamentais para compreender as representações por vias sociológicas.

Para Durkheim e Moscovici, as problemáticas das representações coletivas e sociais estão explícitas nas suas principais publicações. O sociólogo francês é reconhecido como o clássico da Sociologia, que esboçou os primeiros conceitos sobre a Teoria das Representações Sociais, utilizando-os como representação coletiva. Para Durkheim, a representação é coletiva porque são estabelecidas pela vontade geral, coletiva e coercitiva, que decide o modo de agir, pensar, sentir dos indivíduos. Na contramão, Moscovici alega que a ideia defendida por Durkheim não valoriza o indivíduo como ser dotado de vontades, capaz de interferir na formação social e, por isso, critica as representações coletivas e desenvolve o estudo das representações sociais, definindo os conhecimentos práticos do senso comum, que representam um conjunto de ideias da vida cotidiana, construídas nas relações entre os indivíduos e os grupos sociais.

Deste modo, as representações sociais são conjuntos dinâmicos e sua característica é a produção de comportamentos e relacionamentos com o meio ambiente. Esta é uma ação que se modifica na relação entre sujeitos e não uma reprodução de fatos sociais estabelecidos. Por isto, a representação de cada pessoa ou grupo social demonstram as faces de sua realidade, permite compreender a identidade, personalidade, concepção dos indivíduos, assim como aspectos sociais, políticos, econômicos, culturais, na qual estão inseridos.

Os resultados alcançados nesta pesquisa não pretendem conduzir para a compreensão linear e hegemônica da teoria das representações sociais, mas estão no sentido de provocar críticas e sugestões ao paradigma da representação social que tanto tem contribuído para compreensão dos fatos sociais, ações e realidades sociais.

REFERÊNCIAS

- ARON, Raymond. **As Etapas do Pensamento Sociológico**. Tradução de Sérgio Bath. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- CASTRO, Sabrina Fernandes de. **As Representações Sociais dos Professores de Alunos com Síndrome de Down Incluídos nas Classes Comuns do Ensino Regular**. Dissertação de Mestrado em Educação, Santa Maria, RS, 21 de março de 2006.
- COSTA, Cristina. **Sociologia**: Introdução à Ciência da Sociedade. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2005.
- DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**. 3. ed. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- _____. **Sociologia e Filosofia**. Tradução Paulo J. B. San Martin. São Paulo: Ícone, 1994.
- FARR, Robert. M. **Representações Sociais: A Teoria e sua História**. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (Org.). Textos em representações sociais. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Tradução Sandra Regina Netz. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

- GUARESCHI, Pedrinho. Representações Sociais: Alguns Comentários Oportunos. *In*: NASCIMENTO-SCHULZE, C. (org.). **Novas Contribuições para a Teorização e Pesquisa em Representação Social**. Florianópolis: [s. n.], 1996. Coletâneas da ANPEPP, p. 9-30.
- GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (Org.). **Textos em Representações Sociais**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- JODELET, Denise. O Movimento de Retorno ao Sujeito e a Abordagem das Representações Sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 24, n. 3, p. 679-712, set./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v24n3/04.pdf>>. Acesso em: 23 junho de 2014.
- _____. **As Representações Sociais**. Tradução de Lilian Ulup. Rio de Janeiro: EDUERJ. 2001.
- MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã: Feuerbach – A Contraposição entre as Cosmovisões Materialista e Idealista**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Conceito de Representações Sociais Dentro da Sociologia Clássica**. *In*: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (Org.). **Textos em Representações Sociais**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social**. editado em inglês por Gerard Duveen; traduzido do inglês por Pedrinho A. Guareschi. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- _____. La Representación Social: Un Concepto Perdido. **IEP - Instituto de Estudios Peruanos**. Lima, Mayo del. 2002. Disponível em: www.cholonautas.edu.pe. Acesso: 23 junho de 2014.
- _____. **Das Representações Coletivas às Representações Sociais: Elementos para Uma História**. *In*: JODELET, Denise (Org.). **As representações sociais**. Tradução de Lilian Ulup. Rio de Janeiro: EDUERJ. 2001.
- _____. **Prefácio**. *In*: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (Org.). **Textos em Representações Sociais**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- OLIVEIRA, Márcia G. Monteiro de; QUINTANEIRO, Tania. **Karl Marx**. *In*: QUINTANEIRO, Tania (Org.). **Um Toque de Clássicos: Marx, Durkheim e Weber**. 2. ed. Rev. Amp. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- PATRIOTA, Lucia Maria. Teoria das Representações Sociais: Contribuições para a Apreciação da Realidade. **Serviço Social em Revista**, Universidade Estadual de Londrina, v. 10, n. 1, Jul./dez. 2007.
- QUINTANEIRO, Tania. **Émile Durkheim**. *In*: QUINTANEIRO, Tania (Org.). **Um Toque de Clássicos: Marx, Durkheim e Weber**. 2. ed. rev. amp. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- SANTOS, Neuza Batista dos. Resenha do livro Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social. Serge Moscovici. **Revista Ciências e Ideias**, v. 1, n. 2, abr./set.2010.

SÊGA, Rafael Augustus. O Conceito de Representação Social nas Obras de Denise Jodelet e Serge Moscovici. **Anos 90**, Porto Alegre, n. 13, julho. 2000.

WEBER, Max. **Conceitos Básicos de Sociologia**. Tradução de Rubens Eduardo F. Frias e Gerard Georges Delaunay. 5. ed. rev. São Paulo: Centauro, 2002.

_____. **Metodologia das Ciências Sociais**. Parte 2. Tradução de Augustin Wernet. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1922.

Artigo recebido em 27 de fevereiro de 2015.

Aprovado em 01 de julho de 2015.